



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



Anexo I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Registro de preços para eventual contratação de prestação de serviço em projeto e execução de obra elétrica de distribuição urbana em média tensão trifásica, instalação de transformadores e iluminação pública, em diversas localidades do Município de São Geraldo-MG.

1.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

1.3. O critério de julgamento será o de **menor preço global**.

1.4. A contratação de pessoa jurídica para a prestação dos serviços, objeto deste termo de referência deverá obedecer, às normas pertinentes, critérios e parâmetros técnicos de qualidade estabelecidos na composição do competente edital, em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10520/02, bem como a resolução normativa nº 414/2010, da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, que no capítulo II, seção X, artigo 21ª define:

“A elaboração de projeto, a implantação, expansão, operação e manutenção das instalações de iluminação pública são de responsabilidade do ente municipal ou de quem tenha recebido deste a delegação para prestar tais serviços”.

2. JUSTIFICATIVAS

2.1. Da motivação

2.1.1. A iluminação pública, a expansão e ampliação dos serviços de energia elétrica na zona urbana e rural são atividades de fundamental importância para o desenvolvimento social e econômico dos municípios e constitui em um vetor importante para a segurança pública dos centros urbanos, no que se refere ao tráfego de veículos e de pedestres e à prevenção da criminalidade, além de valorizar e ajudar a preservar o patrimônio urbano, embelezando o bem público e propiciando a utilização noturna para atividades como lazer, comércio e cultura.

Possibilita ainda o desenvolvimento econômico de diversos setores da economia. Face à isto faz-se necessária a contratação de empresa para prestação dos serviços que constituem o objeto deste Processo Licitatório, uma vez que são fundamentais e imprescindíveis para o bem-estar da população.

A contratação é solicitada por se tratar de serviços especializados e o Município não dispõe de mão de obra qualificada para tais serviços. Esses serviços devem ser prestados obedecendo a um planejamento definido pela Prefeitura Municipal de São Geraldo e com mão-de-obra especializada, visando atender adequadamente essas necessidades.

Conhecendo as responsabilidades da Administração e os resultados que se obterá em razão do serviço ora pretendido; conhecendo ainda a impossibilidade de realização deste serviços e obras com mão de obra própria; visto que iluminação pública e o atendimento com serviços de energia elétrica é um direito de todos e importante instrumento de desenvolvimento econômico, faz se necessário abertura de licitação para o referido serviço.

2.2. Da adoção do Sistema de Registro de Preços

2.2.1. Melhoria da qualidade técnica dos documentos preliminares ao certame, tais como: especificações, alinhamento estratégico com o planejamento municipal e condições jurídicas para a contratação;



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



2.2.2. Redução do esforço administrativo para a realização de diversos processos licitatórios sendo que a execução conjunta culmina em um único certame;

2.2.3. Ganho de economia de escala, pois, ao prospectar grandes volumes licitados, a Administração Pública amplia seu poder de compra junto aos fornecedores e consegue reduções consideráveis de preços, fato que certamente não ocorreria quando do fracionamento de certames;

2.2.4. Necessidade de contratações frequentes e parceladas, conforme as necessidades que efetivamente se concretizem;

2.2.5. Impossibilidade, pela natureza e destinação dos serviços, de definir com plena exatidão o quantitativo a ser demandado pela Administração, além da ausência de condições de estocagem em grande quantidade de material.

2.3. Da classificação dos serviços

2.3.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de bens/serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, do Decreto 5.450, de 2005, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Lei Federal n.º 8.666, de 21.06.1993. No caso em tela os serviços são de baixa complexidade, conforme classificação feita pelo Engenheiro responsável pelo município: **Lucas Marcos dos Santos Costa**, inscrito no **CREA/MG 211347/D**.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

3.1. Normas e procedimentos contidos na Lei 123/2006, Lei Complementar 147/2014, Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, que regulamentam a modalidade Pregão, subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Decreto 7.892/2013 e suas posteriores alterações e demais normas contidas no Edital.

3.2. Os recursos orçamentários para a aquisição do objeto do presente registro de preços, de acordo com os quantitativos efetivamente contratados, possuem dotação orçamentária própria e serão certificados por ocasião de cada contratação, para o exercício, de acordo com o orçamento do município, sob a rubrica própria e ficha correspondente à época da contratação.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS/DESCRIÇÃO DO OBJETO

4.1. O Licitante deverá apresentar a descrição detalhada do objeto ofertado em sua proposta de preço sob pena de desclassificação, e obedecer em suas especificações as normas estabelecidas em Lei, observando as descrições abaixo:

Nº Item	Descrição mínima dos serviços	Unidade	Quantidade	Unitário	Total
1	SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE EXTENSÃO DE REDE DE BAIXA TENSÃO TIPO MONOFÁSICA VÃO ATÉ 40 METROS COM 01 POSTE: Descritivos: Implantação de um poste de concreto DT-11/300, implementado com rede de baixa tensão, conexões, cabo multiplex 2X35(35), denominado “um vão de baixa tensão”, aterramento elétrico, incluindo materiais e mão de obra inclusive mecanizada, e liberação junto à ENERGISA em sua área de concessão, no Município de São Geraldo.	SERVIÇO	40	8.083,33	323.333,33



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



2	SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE EXTENSÃO DE REDE DE BAIXA TENSÃO TIPO TRIFÁSICA VÃO ATÉ 40 METROS COM 01 POSTE: Descritivos: Implantação de um poste de concreto DT-11/300 implementado com rede de baixa tensão, conexões, cabo multiplex 3X35(35), denominado “um vão de baixa tensão”, aterramento elétrico, incluindo materiais e mão de obra inclusive mecanizada, e liberação junto à ENERGISA em sua área de concessão, no Município de São Geraldo.	SERVIÇO	2	8.393,33	16.786,67
3	SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE EXTENSÃO DE REDE DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO MONOFÁSICA VÃO ATÉ 40 METROS COM 01 POSTE. Descritivos: Implantação de poste de concreto DT-11/300, confecção do aterramento, instalação da estrutura adequada, lançamento dos condutores da rede monofásica, cabos Baixa Tensão 2x35(35) e Média Tensão 1x50mm ² /15kv-protegido, conexão dos pontos, incluindo material, mão de obra, inclusive mecanizada e liberação junto à ENERGISA em sua área de atuação em qualquer lugar no Município de São Geraldo.	SERVIÇO	30	9.670,00	290.100,00
4	SERVIÇOS DE LANÇAMENTO DE CABOS DE MÉDIA TENSÃO MONOFÁSICA VÃO ATÉ 40 METROS EM POSTE EXISTENTE. Descritivos: instalação da estrutura adequada, lançamento dos condutores da rede monofásica, cabos de Média Tensão 1x50mm ² /15kv-protegido, conexão dos pontos, incluindo material, mão de obra, inclusive mecanizada e liberação junto à ENERGISA em sua área de atuação em qualquer lugar no Município de São Geraldo.	SERVIÇO	3	3.671,67	11.015,00
5	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR MONOFÁSICO DE 10 KVA EM POSTE EXISTENTE. Descritivos: Instalação de transformador em poste existente, instalação de estrutura para receber a chave, instalação da chave fusível, instalação do para-raios, confecção do aterramento, conexões em geral, com fornecimento de materiais, e mão de obra, inclusive mecanizada e liberação junto à ENERGISA em sua área de atuação, em qualquer lugar no Município de São Geraldo.	SERVIÇO	3	13.716,67	41.150,00



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



6	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR MONOFÁSICO DE 15 KVA EM POSTE EXISTENTE. <i>Descritivos: Instalação de transformador em poste existente, instalação de estrutura para receber a chave, instalação da chave fusível, instalação do para-raios, confecção do aterramento, conexões em geral, com fornecimento de materiais, e mão de obra, inclusive mecanizada e liberação junto à ENERGISA em sua área de atuação, em qualquer lugar no Município de São Geraldo.</i>	SERVIÇO	3	15.250,00	45.750,00
7	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE TRANSFORMADOR MONOFÁSICO DE 25 KVA EM POSTE EXISTENTE. <i>Descritivos: Instalação de transformador em poste existente, instalação de estrutura para receber a chave, instalação da chave fusível, instalação do para-raios, confecção do aterramento, conexões em geral, com fornecimento de materiais, e mão de obra, inclusive mecanizada e liberação junto à ENERGISA em sua área de atuação, em qualquer lugar no Município de São Geraldo.</i>	SERVIÇO	3	18.281,33	54.844,00
8	SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA LED-100W – BRAÇO DE 1,5m – <i>Descritivos de Instalação e fornecimento: luminária pública LED-100W; cabo de cobre #1,5mm²; braço para luminária de 1m galvanizado; parafuso 5/8” rosca total; Base para Relé Fotoelétrico; Célula fotoelétrica 105~305V NF; Conector tipo cunha tipo G; Conector perfuração para cabo multiplex 35-95/1,5-6; Conector compreensão; fornecimento de materiais, e mão de obra, inclusive mecanizada e liberação junto à ENERGISA em sua área de atuação, em qualquer lugar no Município de São Geraldo.</i>	SERVIÇO	70	1.486,67	104.066,67
Total					R\$ 887.045,67

4.2. As medições serão realizadas pela equipe de engenharia da prefeitura municipal, para assim ser elaborado o boletim de medição e posterior pagamento.

4.3. Após a aprovação das medições, a contratada apresentará a fatura correspondente ao Contratante com os valores devidos, a qual terá o prazo de 10 (dez) dias para aprová-la ou rejeitá-la.

4.4. A fatura não aprovada pelo contratante será devolvida à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo estabelecido para aprovação, a partir da data de sua reapresentação.

4.5. A devolução da fatura não aprovada, em hipótese alguma servirá de pretexto para que a contratada suspenda a execução dos serviços.

4.6. A Contratante efetuará o pagamento das faturas em até 10 (dez) dias, após aprovação.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 4.7. O prazo de garantia de cada serviço implementado/executado através desta contratação será de 12 (doze) meses, contado a partir da implantação, sem custos adicionais para a contratante;
- 4.8. Todas e quaisquer correções provocadas por erros de implementações nos serviços executados pela contratada, durante a vigência do contrato, deverão ser realizadas, sem custos adicionais para a contratante;
- 4.9. A empresa vencedora da licitação deverá apresentar a **Anotação de Responsabilidade Técnica - ART** para todos os serviços a serem realizados, bem como quaisquer outras licenças necessárias à sua execução.
- 4.10. A contratada receberá integralmente pelos serviços efetivamente executados, entregues e aprovados pela Divisão de Obras e a composição da planilha de medição terá origem na planilha de preços.
- 4.11. Os serviços deverão ser executados de acordo com os projetos e cronograma físico-financeiro, bem como deverão observar as normas técnicas dos órgãos reguladores, **RESPEITANDO-SE RIGOROSAMENTE O PRAZO DE EXECUÇÃO ESTABELECIDO**, sendo improrrogáveis, sob pena de aplicação de sanções.
- 4.12. A inadimplência da empresa contratada, com referência aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, não transfere a contratante a responsabilidade por seu pagamento nem poderá onerar o objeto desta contratação;
- 4.13. Todos os materiais e equipamentos fornecidos pela Contratada deverão ser absolutamente novos. Constatado pela fiscalização, no âmbito de uma autorização de serviço, qualquer ocorrência em desacordo com o aqui expresso, constituirá falta grave, sujeitando a empresa contratada às sanções previstas, além de obrigá-la a fornecer mão-de-obra necessária para verificação, pela fiscalização, de todos os materiais e equipamentos aplicados, referentes à autorização em questão. Todos os materiais e equipamentos caracterizados como irregulares nesta verificação, deverão ser substituídos por outros novos, sem qualquer ônus para o contratante;

5. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E ENTREGA DO OBJETO

- 5.1. A execução dos serviços deverá ocorrer de acordo com a demanda do município, iniciando-se no prazo máximo de **10 (dez) dias** após o recebimento da Ordem de Fornecimento, seguindo o prazo contido no cronograma físico-financeiro. A execução dos serviços será no endereço constante da O. F., emitida pelo Setor de Compras do Município, no horário de 08h00min às 16h00min.
- 5.2. Para cada serviço a ser executado, será elaborado projeto específico com a respectiva memória de cálculo e cronograma físico-financeiro, sendo o pagamento dos serviços efetivamente prestados realizado a partir de medições *in loco* para comprovação dos quantitativos executados.
- 5.3. A Prefeitura não está obrigada a contratar a totalidade dos itens licitados. O pedido/requisição/ordem de fornecimento será realizado de acordo com a necessidade do setor requisitante.
- 5.4. **Segurança e Medicina do Trabalho**
- 5.4.1. Antes de iniciar os trabalhos a contratada deverá obrigatoriamente, apresentar à fiscalização competente, cópia dos seguintes documentos:
- 5.4.1.1. Procedimentos a serem adotados em caso de acidente de trabalho, grave ou fatal, em papel timbrado da empresa;
- 5.4.1.2. PPRA - NR 9 (Programa de prevenção de riscos ambientais) OU
- 5.4.1.3. PCMAT – NR 18 (Programa de condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção);



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 5.4.1.4. PCMSO – NR 7 (Programa de controle médico de saúde ocupacional);
- 5.4.1.5. ASO (Atestado de saúde ocupacional) dos funcionários que estarão vinculados ao contrato;
- 5.4.1.6. Ordens de serviço sobre segurança e medicina do trabalho, específicas para o objeto do contrato (uma para cada trabalhador envolvido na execução das obras/serviços assinada pelo mesmo), conforme item 1.7 da NR 1;
- 5.4.1.7. Comprovante de participação dos trabalhadores no treinamento de segurança em instalações e serviços com eletricidade, com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas para cada curso, conforme previsto no anexo III da NR 10 e NR 35;
- 5.4.1.8. Os materiais e/ou resíduos enquadrados na lei de crimes ambientais nº 9605 de 12/02/1998 e legislação complementar, tais como lâmpadas de descarga, deverão ter seus processos de descarte realizados sob exclusiva responsabilidade da contratada.
- 5.4.1.9. - Fornecer em documento próprio da empresa o nome do responsável técnico da prestação dos serviços, engenheiro de segurança, técnico de segurança do trabalho, cipeiros (onde couber, conforme portaria 3.214/78 do ministério do trabalho – NR 4 e NR 5), com telefone, endereço, etc.

5.5. DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DA OBRA

- 5.5.1. Os materiais e/ou resíduos enquadrados na lei de crimes ambientais nº 9605 de 12/02/1998 e legislação complementar, tais como lâmpadas de descarga, deverão ter seus processos de descarte realizados sob exclusiva responsabilidade da contratada.
- 5.5.2. Todas as lâmpadas de descarga retiradas do parque de iluminação pública, por terem atingido o final da sua vida útil ou por outro motivo qualquer, em hipótese alguma deverão ser quebradas, devendo ser enviadas às empresas de reciclagem, credenciadas por órgão ambiental competente.
- 5.5.3. A contratada deverá apresentar para a contratante certificado de destinação final, quando solicitado
- 5.5.4. Enquanto os materiais permanecerem em poder da contratada, esta se responsabilizará pelo correto procedimento de manuseio (retirada/coleta), acondicionamento, transporte, armazenamento, até sua destinação final, devendo, às suas expensas, segurá-los contra todos os riscos.

5.6. MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS NAS REDES DE MÉDIA E BAIXA TENSÃO

- 5.6.1. Todos os materiais e equipamentos integrantes da obra serão fornecidos pela contratada e deverão ter garantia mínima de (12) doze meses.
- 5.6.2. Todos os materiais, a serem utilizados na iluminação pública e redes de distribuição deverão obedecer às normas vigentes, (NBR-5101, NBR-15129, ND-3.4, ND-2.9, ND-2.7, ND3.1 – NBR 15688).
 - a) A empresa contratada deve obedecer às normas acima, e estar em conformidade com as exigências e normas técnicas da concessionária de energia, a ENERGISA;
 - b) Possuir certificados junto ao INMETRO, PROCEL, ABNT e da Concessionária local;
 - c) Ser vistoriados pela fiscalização da prefeitura antes de sua utilização;
 - d) Obedecer às normas vigentes relacionadas ao objeto licitado.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 5.6.3. A Prefeitura Municipal de São Geraldo - MG solicitará da contratada, sempre que necessitar, relatórios de ensaio dos insumos a serem utilizados na extensão da rede elétrica e ou de iluminação pública de laboratórios especializados e credenciados pelo INMETRO/PROCEL.
- 5.6.4. Todo e qualquer insumo retirado da rede de iluminação pública só poderá ser descartado por empresa credenciada pelos órgãos ambientais e que possuam certificado.
- 5.6.5. Todos os materiais a serem utilizados na construção da rede elétrica e ou iluminação pública deverão ser vistoriados pela Prefeitura Municipal.

6. Equipamentos Básicos Instalações e Equipe Técnica

6.1. Equipamentos Básicos

- 6.1.1. A contratada será a responsável pelo dimensionamento de seus equipamentos, bem como de sua equipe técnica especializada, que irá elaborar e concluir a obra de extensão de rede elétrica e ou iluminação pública. Todos terão que estar dentro das normas trabalhistas vigentes, bem como das normas da concessionária ENERGISA.

6.2. EQUIPES

- 6.2.1. Todos os integrantes da equipe técnica para os serviços de ampliação de rede elétrica e de iluminação pública deverão conter os certificados NR10 E NR35.
- 6.2.2. Todos os serviços de ampliação de rede elétrica e de iluminação pública deverão ser coordenados por um profissional capacitado, bem como todos da equipe.
- 6.2.3. As equipes de campo deverão estar devidamente uniformizadas e identificadas com crachás contendo, fotografia, nome, função e número de registro de cada funcionário, nome da empresa, e deverão dispor de ferramentas e equipamentos de proteção individual e todos os veículos deverão dispor de caixas para guarda de equipamentos de proteção coletiva, ferramentas, equipamentos de uso coletivo, materiais para aplicação na iluminação pública e materiais da rede elétrica e iluminação pública.

6.3. Dos requisitos mínimos de qualidade dos serviços e normatização:

- 6.3.1. Os serviços elencados no item 4.1 deste Termo de Referência deverão ser executados e entregues de acordo com as especificações deste termo de referência, projetos, planilhas e demais anexos, não podendo haver serviços que não estejam de acordo com os projetos, sob pena de refazimento total dos serviços para execução de correções ou adições às expensas da contratada.
- 6.3.2. Quando solicitado, o licitante vencedor deverá apresentar todas as autorizações, certificados, licenças e demais documentos exigidos pela legislação vigente, inclusive Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica.
- 6.3.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.4. Especificações quanto à emissão e recepção da ordem de fornecimento:

- 6.4.1. A ordem de fornecimento, a ser emitida pelo Departamento de Compras, é realizada de forma eletrônica pelo sistema informatizado e será enviada preferencialmente por e-mail, podendo a Administração enviar a ordem de fornecimento pessoalmente, por fax ou via correios (neste caso, mediante uso do Aviso de Recebimento – AR)
- 6.4.2. O licitante deverá fornecer junto à sua proposta o e-mail para o qual poderão ser encaminhadas as ordens de fornecimento;
- 6.4.3. Considera-se como data do recebimento da ordem de fornecimento:



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- a) O primeiro dia útil seguinte ao do envio do e-mail, no caso de ordem de fornecimento enviada por e-mail ou por fax;
- b) O dia do recebimento da correspondência, no caso de ordem de fornecimento enviada por meio postal.
- c) O dia do recebimento, no caso de ordem de fornecimento entregue pessoalmente.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1 São obrigações da Contratante:

- 5.1.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3 comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas durante o fornecimento do objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 5.1.4 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5 efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.1.6 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente termo de referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 6.1.1 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, conforme o caso;
 - 6.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 6.1.3 Indenizar o Contratante quando ocorrerem avarias ocasionadas, comprovadamente, por manuseio indevido, extravios e outras ocorrências que comprovem a sua culpa;
 - 6.1.4 Correrão por conta da Contratada todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto da presente licitação.
 - 6.1.5 Comunicar à Prefeitura Municipal os eventuais casos fortuitos e de força maior, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis, após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva comprovação, em até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados.
 - 6.1.6 Arcar com quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, isentando a Prefeitura Municipal de qualquer responsabilidade;



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



- 6.1.7 Cumprir fielmente o objeto licitado, de forma que seja realizado com esmero e perfeição, executando sob sua inteira e exclusiva responsabilidade;
- 6.1.8 Responder, integral e exclusivamente por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza causados direta e indiretamente, por seus empregados, representantes ou prepostos os bens da contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto licitado;
- 6.1.9 Arcar com todos os prejuízos resultantes de ação judicial a que a contratante for compelida a responder por força da futura contratação, incluindo despesas judiciais e honorárias advocatícios;
- 6.1.10 Comunicar imediatamente à Contratante qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do objeto contratado;
- 6.1.11 Responsabilizar-se por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com pessoal de sua contratação necessária a execução do objeto contratual, inclusive encargos relativos à legislação trabalhista;
- 6.1.12 Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à Contratante;
- 6.1.13 Manter, por todo o período de execução, as condições que garantiram a sua habilitação, incluída a regularidade perante o INSS, FGTS e Fazenda Pública;
- 6.1.14 Zelar pelos seus funcionários e fornecer às suas expensas, todos os equipamentos de segurança previstos na legislação, necessários a execução dos serviços.
- 6.1.15 Entregar à prefeitura, nos prazos determinados, os documentos necessários a medição dos serviços executados, assim como boletim de ocorrência ou similar que comprovem as ocorrências de furtos, vandalismos ou abaloamentos.
- 6.1.16 Apresentar à Prefeitura, antes do início de suas atividades e quando houver qualquer alteração no quadro de funcionários, relação do pessoal que irá prestar os serviços objeto da contratação.
- 6.1.17 Responsabilizar-se isoladamente pelo transporte do pessoal utilizado em serviço, inclusive passagens, hospedagem e diárias, bem como de outros benefícios previstos na legislação.
- 6.1.18 Responder isoladamente pelas despesas de salários e vantagens e ainda as decorrentes de acidentes de que venham a ser vítimas seus empregados, quando em serviço.
- 6.1.19 Assumir, sob sua exclusiva responsabilidade, o pagamento de todos os impostos, taxas e/ou quaisquer ônus fiscais e tributários de origem federal, estadual e municipal, bem como, todos os encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais vigentes durante a execução dos serviços e, ainda, quaisquer outros encargos judiciais ou extrajudiciais que lhe sejam imputáveis, inclusive, com relação a terceiros, em decorrência da celebração do contrato e da execução dos serviços previstos.
- 6.1.20 Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados à Prefeitura Municipal e ou a terceiros, mesmo que não caracterizada a má-fé, o dolo, a negligência, imprudência ou imperícia profissional de seus funcionários durante os serviços.
- 6.1.21 Comunicar por escrito à contratante a ocorrência de qualquer fato anormal ou dano, verificado no local da prestação de serviço pactuado, no primeiro dia útil subsequente à ocorrência.
- 6.1.22 Responsabilizar-se pela conduta de seus funcionários, durante as horas de trabalho, de forma que os mesmos mantenham o devido respeito e cortesia no seu relacionamento com os servidores da contratante e com os munícipes.
- 6.1.23 Permitir que a contratante fiscalize, a qualquer tempo, a execução dos serviços contratados, ficando-lhe assegurado o direito de aceitá-los ou não.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



6.1.24 Proceder à substituição do profissional que não demonstre possuir as habilidades indispensáveis à execução das tarefas ou revele comportamento inconveniente ou insatisfatório ao pleno desempenho dos encargos que lhe forem confiados.

6.1.25 Responsabilizar-se pelos atrasos e/ou prejuízos advindos da paralisação parcial ou total dos trabalhos, por culpa a si imputável.

6.1.26 Comprometer-se a cumprir todas as condições gerais de segurança e medicina do trabalho, sob pena de rescisão ou outras penalidades contratuais.

6.1.27 Exercer as suas atividades nos limites do Município de São Geraldo/MG, e identificar todos os seus veículos destinados aos serviços previstos neste edital.

6.1.28 Comprometer-se, por si e por seus funcionários, a não revelar ou divulgar a terceiros, por quaisquer meios, informações obtidas em decorrência da realização dos serviços objeto deste contrato, sem prévia e expressa autorização da contratante.

6.1.29 Apresentar, sempre que solicitados pela contratante, quaisquer documentos dos profissionais vinculados aos serviços oriundos desta contratação.

6.1.30 Obedecer às normas de segurança relativas à confiabilidade dos sistemas e à manutenção da integridade dos dados.

6.1.31 Detalhar e repassar todo o conhecimento técnico, utilizado na implementação dos serviços.

6.1.32 Os erros de implementação deverão ser corrigidos pela contratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da data de comunicação feita pela contratante, à exceção dos serviços em produção cujo prazo será definido no acordo de nível de serviço.

6.1.33 O prazo de garantia de cada serviço implementado/executado através desta contratação será de 12 (doze) meses, contado a partir da implantação, sem custos adicionais para a contratante.

6.1.34 Todas e quaisquer correções provocadas por erros de implementações nos serviços executados pela contratada, durante a vigência do contrato, deverão ser realizadas, sem custos adicionais para a contratante.

6.1.35 A inadimplência da empresa contratada, com referência aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, não transfere a contratante a responsabilidade por seu pagamento nem poderá onerar o objeto desta contratação.

6.1.36 Todos os materiais e equipamentos fornecidos pela contratada deverão ser absolutamente novos. Constatado pela fiscalização, no âmbito de uma autorização de serviço, qualquer ocorrência em desacordo com o aqui expresso, constituirá falta grave, sujeitando a empresa contratada às sanções previstas, além de obrigá-la a fornecer mão-de-obra necessária para verificação, pela fiscalização, de todos os materiais e equipamentos aplicados, referentes à autorização em questão. Todos os materiais e equipamentos caracterizados como irregulares nesta verificação, deverão ser substituídos por outros novos, sem qualquer ônus para o contratante.

6.1.37 A contratada deverá atender aos padrões de desempenho estipulados no projeto contrato. O não atendimento às condições de qualidade poderá implicar na aplicação das penalidades correspondentes.

6.1.38 Por se tratar de serviços contratados através de registro de preços, com emissão de ordem de serviços parciais e de valores variáveis, o prazo de execução dos mesmos serão definidos na Ordem de Execução de Serviços e levará em consideração a complexidade e o volume dos mesmos

6.1.39 Custos relacionados com as empresas de telecomunicações que utilizam os postes de uso mútuo serão de responsabilidade da contratada.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



6.1.40 A Contratada deverá executar os serviços de acordo com as normas e procedimentos de Segurança e Medicina do Trabalho em vigor, não sendo permitida nenhuma condição de risco, tanto para os empregados quanto para terceiros, durante a realização dos serviços.

6.1.41 Caso seja detectada qualquer situação de risco elevado, as atividades serão interrompidas até a eliminação do mesmo. Não será permitida nenhuma atividade que caracterize condição de risco iminente.

6.1.42 Será de inteira responsabilidade da Contratada o fornecimento de todos os EPI's e dos EPC's – Equipamento de Proteção Individual e Coletiva, uniforme composto de jaleco com logotipo da Contratada, calçado adequado, transporte para funcionários, toda a parte de ferramentas e instrumentos de testes, sem qualquer ônus adicional para o município de São Geraldo-MG.

6.1.43 A Contratada responderá por todo e qualquer acidente de trabalho. Caberá à Contratada fornecer e informar à Prefeitura de São Geraldo-MG os telefones fixos e celulares do responsável técnico (Engenheiros) pela execução dos serviços, bem como comunicar imediatamente sempre que houver qualquer alteração.

6.1.44 Todos os empregados da Contratada que farão parte desse contrato deverão ter participado de treinamentos referentes a NR-10 – básico, os quais as cópias dos certificados deverão ser entregues no início do contrato para a fiscalização.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. Registro ou Inscrição da licitante na entidade profissional competente, no caso, CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia).

7.2. Qualificação técnico-profissional:

7.2.1. Certidão (ões) de acervo técnico – CAT' devidamente emitido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em nome de profissional de nível superior – na área de engenharia elétrica (engenheiro eletricitista), que comprove a execução de serviços com as seguintes características:

- a) **Elaboração de projetos de rede elétrica aérea de baixa ou média tensão de iluminação pública para redes distribuição urbana.**
- b) **Execução de serviços de construção de rede elétrica aérea de baixa ou média tensão de iluminação pública para redes de distribuição urbana.**

7.2.2. O profissional detentor da(s) CAT(s) exigido deverá possuir seu vínculo com a licitante, na data da apresentação dos envelopes de habilitação e proposta, em uma das seguintes situações, comprovada pela juntada de cópia de um dos seguintes documentos:

- a) Na hipótese de fazer parte do quadro permanente da licitante: ficha de registro de empregados ou registro em carteira profissional;
- b) Em caso de ser profissional autônomo contratado pela empresa: contrato de Prestação de Serviços correspondente;
- c) Em caso de ser proprietário ou sócio ou administrador da empresa: ato constitutivo ou documento de deliberação dos sócios onde constem as funções e os limites dos poderes do administrador.
- d) Comprovação do registro profissional do responsável técnico, engenheiro eletricitista, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, através de certidão de registro profissional.
- e) Declaração de que o profissional de nível superior detentor do acervo técnico apresentado, integrará a equipe técnica responsável pela execução dos serviços.



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



7.3. Qualificação técnico-operacional:

7.3.1. Registro ou inscrição da pessoa jurídica (da empresa) no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, dentro da validade

8. PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. A proposta deverá ser apresentada de acordo com o modelo de proposta de preços do edital licitatório, em 01 (uma) via em língua portuguesa, datilografada/digitada, datada, rubricada e assinada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, contendo os preços unitários e o preço global.

8.2. Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais da atividade, os tributos eventualmente devidos e os benefícios decorrentes de trabalhos executados em horas extraordinárias, trabalhos noturnos, dominicais e em feriados, bem como as demais despesas diretas e indiretas, de modo a constituir a única contraprestação pela execução dos serviços objeto desta licitação.

8.3. Declaração de que os materiais e equipamentos a serem aplicados no sistema de ampliação da rede elétrica e iluminação pública da cidade de São Geraldo/MG, atenderão às normas legais e possuirão certificação junto ao Inmetro, PROCEL, ABNT e concessionária ENERGISA, bem como obedecer NBR-5101, NBR-15129, ND-3.4, ND-2.9, ND-2.7.

9. VIGÊNCIA

9.1 O registro de preços terá validade de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura.

9.2 Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado.

9.3 Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

9.4 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados, acordo com o art. 40, Inciso XI da Lei nº 8.666/93, tendo como índice oficial de reajuste o divulgado pelo DNIT.

10. ALTERAÇÃO SUBJETIVA E SUBCONTRATAÇÃO

10.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa Jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

10.2 Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;

10.3 Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10.4 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. CONTROLE DA EXECUÇÃO

11.1 Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, deverá ser designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas



MUNICÍPIO DE SÃO GERALDO

ESTADO DE MINAS GERAIS
Rua 21 de Abril, nº 19, Centro - São Geraldo - CEP 36.530-000
CNPJ: 18.137.935/0001-80 – Tel.: (32)3556-1215 ou 1471



ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3 O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

12.1 Todas as sanções administrativas e demais penalidades estarão previstas no Instrumento convocatório, sendo que a aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo do ordenamento legal que trata da matéria.

12.2 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

APROVO o presente Termo de Referência cuja finalidade é subsidiar os licitantes de todas as informações necessárias à participação do certame, estando presentes os elementos necessários a identificação do objeto, seu custo e todos os critérios para participação de forma clara e concisa.

São Geraldo, 30 de março de 2023.

LUCAS MARCOS DOS SANTOS COSTA
CREA/MG 211347/D